

RECURSO ESPECIAL Nº 1.094.819 - SC (2008/0209072-8)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RECORRIDO : A S R
ADVOGADO : ALEXANDRO RENATO VERAS E OUTRO(S) - SC019869

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina que reconheceu o preenchimento do critério temporal para a progressão do regime e determinou o retorno dos autos à origem para a apreciação do requisito subjetivo.

A pretensão ministerial encontra-se amparada na alegação de que "a base de cálculo para a progressão de regime deve ser o resultado da soma entre a pena remanescente e a nova pena aplicada, de modo que, ao contrário do que manifesta a decisão recorrida, aquele período cumprido até o momento da unificação não pode ser computado para fins de obtenção de nova progressão de regime" (e-STJ fl. 46).

Considerando o longo tempo decorrido e diante da possibilidade de se ter alterado o quadro fático apresentado nos autos, o recorrente foi instado a informar se ainda remanesceria interesse jurídico no prosseguimento do feito, oportunidade em que manifestou-se pela prejudicialidade do recurso especial.

É, em síntese, o relatório.

Decido.

Com efeito, encontra-se prejudicada a insurgência do Ministério Público estadual.

Conforme informações prestadas pelo Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca de Itajaí/SC, *"as execuções referentes ao apenado ASR foram encaminhadas ainda em 2009 para a comarca de Blumenau. Em consulta às referidas ações, verifiquei que constam como extintas e arquivadas"* (e-STJ fl. 155).

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

